

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Boletim

A Fenep, federação que representa as escolas particulares, avalia entrar na Justiça contra a decisão do ministro da Educação, Camilo Santana, de suspender o cronograma de implementação do novo ensino médio e de mudanças no Enem. "Evidentemente vai haver judicialização dessa decisão do ministro. E não vai ser pouca. Não é só a Fenep. Infelizmente, a gente vai ter que chamar a Justiça para ser o árbitro dessa questão", afirma Amabile Pacios, vice-presidente da entidade.

AULA "Fizemos uma reforma na BNCC [Base Nacional Comum Curricular] e demos ao ensino médio uma terminalidade, inclusive técnica-profissionalizante, mas ele continua se balizando muito no Enem. Se você toma o Enem uma bagunça que ninguém entende, a faculdade pode não querer mais o exame", afirma Pacios.

EXAME Executivos do mercado de saúde suplementar têm levantado o alerta para o risco de alta na sinistralidade que vem registrando níveis elevados desde o ano passado com a pressão dos procedimentos eletivos postergados pela pandemia, além de dengue, gripe e inflação médica.

DIAGNÓSTICO Até o 3º trimestre de 2022, o setor registrava sinistralidade geral de 88%, segundo a ANS. Isso significa que a cada R\$ 100 recebidos pelas operadoras, R\$ 88 foram destinados ao pagamento de exames, consultas, internações ou remédios.

RECUPERAÇÃO Para Mauro Aguiar, membro do conselho consultivo da Abepar (Associação Brasileira das Escolas Particulares) e diretor do Bandeirantes, o caso gera insegurança, não só para escolas, mas também professores, famílias e o próprio ministério.

HORA DO RECREIO "Fica essa cacofonia do governo, todo mundo dando palpite. Quando você consulta a área de educação básica do ministério, eles não querem nem falar. Estão inseguros também. Existe uma pressão política que não tem nada a ver com educação e começa a confundir o próprio ministério ao ponto de ele não conseguir orientar e dar um norte", diz.

PROVA Na opinião de Elizabeth Guedes, presidente da Anup (associação das universidades particulares), a decisão do governo representa um retrocesso provocado por mera imposição política. "O Enem como está é uma inutilidade que nada avança, e continuaremos como estávamos: patinando no passado. Uma lástima", afirma.

TURBINA Depois de receber uma sugestão dos moradores do entorno de Congonhas para criar uma taxa de fiscalização de poluição e ruído aerodinâmico no aeroporto, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, prometeu que vai analisar a ideia. O recolhimento da taxa, equivalente a R\$ 30 por passageiro, seria feito pela concessionária.

PLANO DEVOVO Nesta terça-feira (4), o prefeito citou o exemplo do aeroporto internacional de Guarulhos. "Sei que o Gut [Gustavo Henrique Costa], prefeito de Guarulhos, tinha proposto criar uma taxa nesse sentido por conta do aeroporto. Se não me engano, não houve inconstitucionalidade na taxa. Vou analisar a questão", afirmou Nunes.

UTI A Unimed-Rio, que atende 728 mil clientes, bateu sinistralidade de 109%, uma das maiores do segmento, segundo a ANS. A Prevent Senior, que foca o mercado da terceira idade, contabiliza 539 mil clientes e uma taxa de 106%, seguida pela Amil, com sinistralidade em 101% e uma base de 2,6 milhões de contratantes.

SUPORTE Trabalhadores da Qintess, empresa que terceiriza mão de obra de tecnologia para clientes como Banco Brasil e Tribunal Regional do Trabalho, anunciaram greve nos postos de trabalho de São Paulo a partir do dia 10.

HOLERITE Há relatos de salários atrasados, falta de pagamento de férias, vale transporte e refeição, depósito do FGTS e outros, segundo o Sindip (sindicato da categoria). A Natura, que era cliente da empresa, disse que rescindiu contrato e espera que a companhia honre os compromissos assumidos com seus colaboradores. Procurada, a Qintess não respondeu.

CANTEIRO O aumento do uso de madeira na construção deve ser um dos temas principais dos debates no Enic, encontro anual do setor marcado para este mês, em São Paulo.

PLANTA BAIXA José Carlos Martins, presidente da CBIC, afirma que a madeira está no radar do setor porque deve atrair vantagens ambientais e econômicas. O avanço no uso da madeira nos sistemas construtivos no Brasil também pode servir de alternativa às oscilações dos mercados de cimento e aço.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES



Haddad discute meta de inflação com BC e fala em mudança de calendário

Ministro diz que estão sendo criadas condições para que harmonia entre autoridade monetária e Fazenda seja estabelecida de vez

Eduardo Cuccolo

SÃO PAULO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça (4) que conversou nesta semana com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre questões como meta de inflação, distorções de planejamento tributário e melhora no mercado de crédito.

Em conversa com investidores durante evento realizado pelo Bradesco BBI, o ministro da Fazenda citou diversas vezes o presidente do BC, com quem se reuniu no dia anterior, e disse que estão sendo criadas as condições para que a harmonia entre Banco Central e Fazenda se estabeleça de uma vez por todas.

Haddad afirmou que precisava lidar com um cenário desafiador, que é a autonomia do Banco Central. "Primeira vez que um ministro da Fazenda se depara com uma situação nova, que a gente tem de construir uma relação de confiança e de parceria para conciliar para os mesmos objetivos", disse o ministro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem feito duras críticas ao presidente do BC por manter a Selic, a taxa básica de juros, em 13,75% ao ano.

Em relação à meta de inflação, Haddad afirmou que ele e Campos Neto trataram do debate, no mercado e na academia, sobre o efeito de uma alteração nesse objetivo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

"Há uma discussão se mudança de meta ancora ou desancora [expectativas]. Também tratei esse assunto com o Roberto Campos Neto aqui para aprofundar a opinião dele e respeito deste debate, não a opinião dele sobre a meta, porque não estamos discutindo isso neste momento, não discutimos esse assunto ao longo deste ano", disse.

Segundo ele, outras questões serão discutidas no momento em que forem fixadas as metas para os próximos anos.

"[A]i é o momento de verificar se as metas foram bem calibradas, se é o caso de manter, se é o caso de não adotar o calendário gregoriano, se é o caso de fazer aquela meta contínua que a maioria dos países adota".

Segundo Haddad, só Brasil e Turquia têm metas de ano-calendário. "Quase todos que

têm meta de inflação têm calendário contínuo. Você vai por aproximação chegando na meta", afirmou.

"Tenho lido coisas muito interessantes entre os macroeconomistas que acompanham o que está acontecendo no mundo. Estamos ouvindo também técnicos do BC".

No Brasil, a meta de inflação se refere à alta do índice de preços ao consumidor acumulada de janeiro a dezembro, segundo o ano-calendário. Em outros países, como o Chile, é considerada a inflação acumulada em 12 meses de maneira contínua — o índice deve ficar dentro do limite durante todo o ano.

Embora pareça um objetivo mais difícil de ser alcançado, há regras que tornam esse regime mais flexível. No Chile, a inflação deve ficar "na maioria das vezes" em torno de 3%, com uma faixa de tolerância de mais/menos um ponto percentual.

Os bancos centrais do Reino Unido e Canadá dizem que os juros demoram até dois anos para ter pleno efeito na economia, portanto, a política monetária tem de ser dada olhando para um futuro mais distante, e não para trazer a inflação rapidamente para baixo.

Os dois também trataram de questões tributárias. O governo federal vai mandar ao Congresso um projeto de lei para fechar uma brecha legal que leva alguns contribuintes a abater do IRPJ/CSLL (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) volumes significativos de benefícios fiscais do ICMS, concedidos pelos estados às empresas quando a atividade é de custeio. Haddad não deixou claro se vai se posicionar também contra o abatimento no caso de investimentos.

O ministro afirmou que "meia dúzia de pessoas estão se valendo de uma interpretação de alguns juizes" que não está consolidada nos tribunais superiores e que precisa chegar ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que o problema seja corrigido. "Vamos fazer a lei, contando com a compreensão do Legislativo e do Judiciário", afirmou.

O governo gasta hoje quase R\$ 90 bilhões para subvencionar custeio, a partir de uma emenda que entrou em uma

TETO PARA JURUS NO CARTÃO NÃO ESTÁ EM DISCUSSÃO, DIZ DIRETOR DO BC
O diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, afirmou que a criação de um teto para os juros do rotativo do cartão de crédito não está em discussão na autarquia.

Estes juros são cobrados quando o cliente deixa de pagar uma fatura, ou paga uma parte do valor total. Segundo dados do BC, a taxa média cobrada pelos bancos nesta linha supera os 400% ao ano.

"É uma indústria muito grande, complexa. O regulador tem que agir com cuidado". Na semana passada, após sair de uma reunião com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tratou do tema.

"Estamos com um grupo de estudos para o rotativo agora. Eu falava com um representante de banco dizendo que isso era ruim para a própria margem deles. É uma coisa que a gente não consegue explicar independentemente de a Selic estar alta no BC, o rotativo sempre está alto".

le e que foi sancionada quando a expectativa de renúncia era de R\$ 5 bilhões. "Estamos falando agora de R\$ 131 bilhões [custeio e investimento]".

O presidente do BC disse ter identificado distorções no valor de R\$ 300 bilhões, segundo o ministro, que não detalhou o número.

Nova regra fiscal vai ao Congresso depois da Páscoa, diz Padilha

Renato Machado

BRASÍLIA O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a proposta de novo arcabouço fiscal de verbas será encaminhada ao Congresso na próxima semana.

Padilha concedeu entrevista a jornalistas nesta terça-feira (4) para anunciar a instalação de quatro comissões mistas no Congresso para a análise de medidas provisórias. O ministro acrescentou que há um acordo para a manutenção de um calendário de tramitação da proposta de novo arcabouço fiscal.

"[Há o compromisso de] manter o calendário prioritário para o governo de votação do novo marco fiscal, o debate está indo muito bem, recepção muito positiva dentro do Congresso Nacional. Acreditamos que após a Semana Santa já tenha definição do relatório para a Câmara, [para] que a gente possa iniciar toda a tramitação", afirmou o ministro.

Padilha disse que não existe nenhum atraso no envio da proposta, considerando que ela foi apresentada publicamente na quinta-feira (30). Ele afirmou ainda que o Ministério da Fazenda está em fase de detalhamento do conteúdo.

Após uma longa espera e discussão, o governo do presidente Lula apresentou na semana passada a proposta do novo arcabouço fiscal, para substituir o teto dos gastos.

A proposta assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhoria nas contas públicas.

Apesar da queda do dólar, preços de produtos de Páscoa superam média dos alimentos

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Mesmo com a queda curta do consumidor e com a queda do dólar, os alimentos específicos da Semana Santa têm variações bem acima da média dos demais.

O dólar interrompeu a escalada de alta e registra retração de 4% neste ano, inibindo reajustes ainda maiores nos preços dos importados mais consumidos neste período.

O bacalhau, porém, um dos caros-chefe da preferência do consumidor, tem alta acumulada de 3,3% de janeiro a março. Nesse mesmo período, a alta média dos alimentos foi de 1,3%, conforme pesquisa da Fipec (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgada nesta terça-feira (4).

O azeite de oliva, também dependente do dólar, acumulou alta de 3,7% no ano. Já a azeitona manteve preços estáveis.

Internamente, algumas altas vieram ainda mais salgadas que as de importados. O quilo de corvina ficou 16% mais caro no ano e o de pescada, 7%.

Outro componente do cardápio, o arroz, mantém a escalada dos preços, mesmo o cereal estando em plena safra gaúcha. Produção menor e exportações aceleradas pressionam os preços internos.

O alívio nos custos vem da batata e da cebola. Segundo a Fipec, o quilo de batata acumulou queda de 1% neste ano; o da cebola, 42%.

Proteína animal, à exceção do ovo, também está com preços mais favoráveis. A carne de

frango teve recuo de 9% nos três primeiros meses; a bovina, de 3,3%; a suína, de 0,61%.

O preço do ovo, no entanto, teve alta de 17% no período. A Fipec mostra ainda que as frutas da época subiram 5,8% até o final de março; o chocolate, 1,62%.

registrar taxa de 0,59% em março, a alimentação volta a subir e tem a maior evolução mensal deste ano. Em 12 meses, porém, após os picos do ano passado, a inflação dos alimentos recua para 9,65%.

As maiores pressões no mês passado vieram de ovos, arroz, farinha de trigo, farinha de mandioca e de produtos "in natura".

Entre as quedas, os destaques são batata, cebola, leite, pão, café e óleo de soja

NA SEMANA SANTA, SELIC É O ÚNICO DIA DE FÉRIAS GARANTIDO PELA CLT
Quem pensa em emendar a quinta (6), ou com sábado e domingo, precisa constatar a empresa ou checar se há acordo coletivo ou feriado municipal que permita isso.